

MEU REI E A CONSTRUÇÃO DO PARAÍSO

Priscilla Pinheiro Quirino*

RESUMO: Este artigo traz uma análise sobre a constituição da figura de Cícero José de Farias – Meu Rei – como pretensão *Profeta de Deus* e, tal fato teria ocorrido numa comunidade de cunho messiânico-milenar do Sertão do Moxotó, no município de Buique e se estendeu do final da década de 1970 ao ocaso da década de 1990. Como eixo central, também foi analisado o campo de atuação deste líder e os agentes que junto com ele atuavam na manutenção de tal campo. Ademais, nossa pesquisa nos fez refletir sobre a administração deste mercado de bem simbólico no qual a religião de cunho apocalíptico é o seu principal capital. Do ponto de vista teórico, nos foram basilares as obras de Pierre Bourdieu, Max Weber, Jean Delumeau, Hans Kohn e Norman Cohn. Em nossa compreensão, no viés sociológico, este é um movimento singular e que consubstancia um movimento maior de (re)encanto da religiosidade que vê-se cada vez mais nos dias de hoje.

Palavras-chave: Milenarismo. Carisma. Poder Simbólico. Capital Religioso. História.

Fazenda Porto Seguro, o novo Jardim das Delícias...

O messianismo pode ser encontrado em quase todas as religiões, pois na humanidade existe um anseio universal de perfeição e liberdade, ou seja, como proclamariam alguns dos profetas bíblicos, a *esperança no advento de um mundo melhor, perfeito, paradisíaco*.

Hans Kohn (1948)¹ nos diz que, no Zoroastrismo persa, o messianismo se apresenta como poderosa força social. Mas é, sobretudo, no judaísmo, onde esta força exerce maior capacidade de impulsão. Nele se inspiraram o Cristianismo e o Islamismo, religiões particularmente messiânicas.²

Foi no Judaísmo que a idéia do Messias (Mashiah) encontrou melhor aceitação e, acredita-se, que alguns conceitos religiosos ocidentais foram buscar nele as cores de seus *messianismos* (COHN, 1970).

Não se deve confundir, contudo, o messianismo com outras idéias religiosas como, por exemplo, a doutrina escatológica e a doutrina do milenarismo (COHN, 1970; DELUMEAU, 1997; KOHN, 1948)³ O que caracteriza o messianismo é o sentido de força viva e atuante, ou seja, a *vivência prática*. É a crença de que, para os infelizes, incapazes, os que se vêem como vítimas, alguma força *divina* poderá acabar com seus sofrimentos, construindo um mundo de paz e felicidade, o *Paraíso Terreal*.

* Professora da Graduação em História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul; Mestre em História do Norte/Nordeste pela UFPE; Bacharel em História pela UFPE. E-mail: priscillapquirino@hotmail.com

¹ Para Kohn, existe semelhança entre o messianismo judaico e a doutrina do Saoshyant, o *protetor que há de vir* no Zoroastrismo. Para esta religião o mundo seria um campo de batalha entre os princípios do bem e do mal, e o dever dos homens seria ajudar Deus a vencer o próprio mal. Os zoroastristas acreditam que após três mil anos da morte de Zoroastro iria surgir um Saoshyant trazendo novas condições de vida.

² No Cristianismo a vinda do messias já se concretizou na figura de Jesus, o que os cristãos esperam agora é a volta de seu messias e a instauração do Paraíso Terrestre; o Islã conheceu manifestações milenaristas com a espera de um messias, o Mahdi (o 'Bem Dirigido'), instaurador na terra de um reino de paz que precede o Juízo Final.

³ Milenarismo é a doutrina, considerada herética, que se baseia na crença de que Cristo voltará a reinar pessoalmente sobre a Terra, num período que durará mil anos. A concepção milenária fundamenta-se na literatura apocalíptica judaica, embora no começo, se afirmasse a perenidade do Reino Messiânico na Palestina.

O sentido universalista teria transformado o messianismo numa espécie de filosofia social de bem-estar e felicidade, assumindo a forma política ou social, teria perdido seus caracteres religiosos e conservado seu entusiasmo místico, afinal, o misticismo é sua principal constante.⁴

As ambições políticas muitas vezes amparam-se no elemento religioso e sua insatisfação perpassa explicações racionais e se instala em justificativas divinas. Como bem nos diz Pierre Bourdieu (1982), existe um entrelaçamento entre o campo religioso e o campo político. O primeiro caracteriza-se por uma base burocrática forte, o que levaria o segundo à apropriar-se de algumas de suas diretrizes e discursos. Como no caso dos imperialismos que têm suas bases no messianismo nacionalista⁵, tais imperialismos se desenvolveram, muitas vezes, como verdadeiras *guerras santas*⁶.

Dentro desta ótica, a criação da comunidade da Fazenda Porto Seguro não poderia ter se dado de outra forma a não ser por ordem divina. O local de espera do advento do milênio não seria mais a Jerusalém do Apocalipse de João, mas sim a Fazenda Porto Seguro, na Serra dos Breus. E a nação responsável por tal repovoamento seria a brasileira (aqui se entende “nação brasileira” como o grupo dos iniciados) e Meu Rei seria seu grande líder:

Deus vai recomeçar o mundo de glória no seu reino aqui na Serra dos Breus. No tempo do dilúvio houve um julgamento para a geração adâmica, e de Noé a Cristo não houve mais julgamento. Deus sempre falou a este mundo através de seus confidentes, bem como, Abraão, Moisés e Cristo. Porém, agora vim desci das alturas, estou na terra como soberano, senhor de tudo que existe no universo. Eu sou Jeová o pai de Jesus Cristo, Eu vim para dá cumprimento ao bem, criar o reino de Deus aqui na Fazenda Porto Seguro, um *Novo Paraíso* (FARIAS, 1993).

A fundação da comunidade se dá no ano de 1976 e, lembra bastante o Israel Antigo: Israel teria nascido a partir de um chamado divino ao patriarca Abraão, que estando em Ur, na Mesopotâmia, recebe ordens semelhantes às recebidas por Meu Rei de criar um *novo povo, um novo começo de civilização*.

E é em suas terras, segundo revelação divina, que a ‘Nova Jerusalém’ emergirá do solo, fazendo do Brasil o país escolhido para o advento do milênio, em detrimento da Palestina. Na instauração deste Reino Milenar seria reproduzido, em terras brasileiras, um jardim do Éden terreal.

Contudo, esta construção do Paraíso não ocorreria se não existisse uma demanda pelo capital simbólico oferecido por Meu Rei na roupagem salvacionista tantas vezes empregada pelo Cristianismo, seja católico ou reformado, como forma de angariar adeptos, ou consumidores, de um mercado de bens simbólicos bastante significativo. Afinal de contas, vale salientar que em tal comunidade viviam quarenta e cinco núcleos familiares com cerca de cinco membros cada um, o que daria um total populacional de aproximadamente duzentas e vinte e cinco pessoas, sem levar em consideração aqueles que ia à Porto Seguro passar algumas semanas apenas, também fazendo parte, de certa forma, da organização do espaço social da comunidades.

⁴ Oliver Cromwell, por exemplo, durante a Revolução Inglesa, era tido como o *messias do povo*, pois, trazia consigo mudanças radicais que culminaram com o primeiro caso de condenação à morte de um soberano, Carlos I

⁵ A fase nacionalista do messianismo caracteriza-se pela presença de um herói nacional que deve desincumbir-se da velha promessa feita por Deus e originalmente cumprida pelo próprio Deus nas guerras de Javé, no tempo de Josué e dos Juízes (período descrito no Antigo Testamento). Como também é o caso de figuras nacionais elevadas ao patamar de *messias*, como o caso de Frederico II, El Cid e Dom Sebastião.

⁶ Como um caso clássico, podemos citar a colonização das Américas, principalmente a América Espanhola e Portuguesa, que tiveram na “necessidade de civilizar” os selvagens através da fé católica, para que deles fosse também o Paraíso e para aumentar seu contingente de fiéis, que foi gravemente ameaçado pela Reforma Protestante.

Meu Rei e a administração do *espaço social*...

A ordem social comporta uma série de observâncias específicas, positivas ou negativas, que se juntam para a manutenção e a estabilidade de uma sociedade. Essas observâncias têm um significado especial quando se referem às expressões ético-simbólicas da fenomenologia do ato religioso no que se refere às expressões culturais vigentes em uma determinada formação social.

Dentre os teóricos sociais, foi Max Weber (1964) quem teria encontrado os meios de correlacionar o conteúdo do discurso místico aos interesses religiosos daqueles que o produzem, que o difundem e que o recebem. Numa visão mais aprofundada, chega a constituir o sistema de crenças e práticas religiosas como a expressão transfigurada das estratégias dos diferentes grupos de especialistas em competição pelo monopólio da gestão dos bens salvacionistas. Weber afirma que a religião cumpre uma função social de conservação da ordem social, contribuindo para a legitimação do poder dos dominantes e para a domesticação dos dominados.

Para Pierre Bourdieu (1982), a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos.

A formação de um *habitus* religioso, segundo Bourdieu, seria o princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, isto é, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social. Dentro deste *habitus* circularia um *capital religioso* que dependeria do estado da estrutura das relações objetivas entre demanda religiosa e oferta religiosa que as diferentes instâncias são compelidas a produzir e a oferecer em virtude de sua posição na estrutura das relações de força religiosa.

Na ótica de Bourdieu, este capital religioso determinaria tanto a natureza, a forma e a força das estratégias que estas instâncias podem colocar a serviço da satisfação de seus interesses religiosos com as funções cumpridas por estas instâncias na divisão dos trabalhos religiosos.

Dentro das perspectivas teóricas aqui apresentadas, Meu Rei teria desenvolvido ritos e proibições nas terras da comunidade da Fazenda Porto Seguro que garantiriam a consolidação e permanência da ordenação do espaço social comunitário no qual ele era o líder absoluto.

Uma vez por semana ocorriam as chamadas Reuniões Dominicais, ou Ciclo Litúrgico Semanal, essas reuniões serviam para manter a solidariedade interna, estimular a fé na Aliança para com Jeová e instigar a crença comum na esperança da Parusía e subsequente instauração do Reino de Deus na Terra – o milênio. Cada Reunião constituiria o ensejo para a efetuação de sermões, por parte de Meu Rei, contra eventuais desânimos, críticas e dissensões no grupo e, também, para que cada um dos iniciados pudesse se pronunciar.

Existia também, a prática de um rito de passagem cujo valor pragmático seria de natureza sociologicamente perpetuadora para os iniciados uma vez que tal rito visava a iniciação de adolescentes nos ‘Mistérios Sacras’ institucionais orgânicos à comunidade real. Tal rito era conhecido como ‘Escola de Metafísica’.

Essa ‘Escola de Metafísica’ atendia somente adolescente e o conteúdo ministrado tinha um caráter estratégico para a manutenção da comunidade. O conteúdo programático consistia num conjunto de conhecimentos gerais sobre a criação do Novo Paraíso e sua predestinação nos quadros de uma História Sagrada. Os alunos viam ainda noções de teologia. Esta ‘Escola’ consistiria um rito de iniciação coletiva obrigatório.

As festas, ou data festivas, da comunidade ocorriam três vezes ao ano e constituía o ciclo litúrgico dos ‘neo-israelitas’ e eram chamadas Festas de Natividade.

As proibições existentes na comunidade consistiam em dez tópicos básicos: o diabolismo, a idolatria, a feitiçaria, os seqüestros, os assaltos, os roubos, matar, o uso de entorpecentes, o jogo, as festas de intervenção.

A proibição do *diabolismo*, da *idolatria* e da *feiticeira* tinha como objetivo a viabilização da fé e da livre fidelidade à Jeová e à Nova Aliança, por parte dos iniciados.

Em relação aos *seqüestros*, *assaltos* e *roubos eram* proibidos, como também a existência de pessoas que os praticassem, pois, essas perpetrações concorreriam negativamente contra a vida comunal.

No referente à *matar*, os seguidores de Meu Rei dizem que a comunidade era o Reino da Vida e que lá não se mata homem, nem mulher, nem boi, nem ovelha, nem caprinos. Na Porto Seguro era proibido se matar qualquer ser vivo, pois a faculdade de tirar vidas pertencia apenas à Deus, o que eu teria tornado os iniciados vegetarianos.

No documento intitulado Revelação nº 4, está escrito que “não há salvação para quem usa maconha, cocaína e outros entorpecentes, que tira o homem do domínio de si próprio” (FARIAS, 1960). Esta proibição preveniria a tentativa de adoção de soluções artificiais sobre os problemas humanos.

No que se versa sobre a prática do *Jogo*, era total e definitivamente proibida. Tal proibição manifestaria uma preocupação de caráter moral e também traduzia a incompatibilidade de universos ontológicos auto-excludentes.

A proibição das ditas ‘*Festas de Intervenção*’ se referia à ação sacrificial e ao folião de carnaval. A interdição da prática sacrificial e carnavalesca na Serra dos Breus baseava-se no fato de não haver salvação à custa de carne e sangue sacrificado; em relação ao folião de carnaval, a justificativa de sua proibição alicerçava-se no fato de o carnaval ser o momento de transgressão das proibições sociais, intervindo na ordem social e causando confusão das formas o que se tornaria a subversão das ordens divinas.

A teologia não admite à força das armas, a condenação, a falta de perdão, o crime a tortura, e nem a salvação através do sacrifício. Porque o sacrifício vem de origem maligna. Se vê claro duas fontes criativas e produtivas, a do bem e a do mal. Pelo aqui exponho, na vulgata teológica se divulga o mundo de Deus [...] No sentido da salvação em Cristo sacrificado, cabe isso dentro das religiões, não dentro da teologia (FARIAS, 1996).

Além destes aspectos sócio-simbólicos da sociedade da Porto Seguro, Meu Rei vai além e cria um código de cunho ético-religioso que era composto por vários documentos, como uma forma de legitimar seu papel como enviado de Deus e, também, como um reforço à dominação e controle do imaginário coletivo. Neles, Meu Rei se auto-intitula como o ‘Segundo Adão’ (SHEDD, s/d)⁷ no lugar de Jesus.

[...] Considerando a profundidade deste código, se vê claro a missão dada pôr Deus a *Israel* (Meu Rei), cujo homem confidente com Deus recebeu a missão de segundo Adão, pai da civilização que vai prevalecer na entrada do terceiro milênio (FARIAS, 1993).

Ademais se utiliza da Teoria do Ditado – esta teoria diz respeito ao processo de inspiração das Escrituras e segundo este ponto de vista, o próprio Deus teria ditado aos escritores canônicos cada palavra contida nos livros da Bíblia – para atribuir suas ações como ‘desígnios de Deus’.

Esta Teoria do Ditado foi utilizada ao longo da História para endossar o caráter santo e instrumental dos escritos sacros. Um bom exemplo disso é a iconografia cristã posterior ao século VII que mostra sempre a figura de Gregório, o Grande (540-604), tendo sobre os ombros

⁷ Essa expressão é utilizada por alguns exegetas cristãos para explicar que assim como o pecado entrou no mundo por um único homem (Adão), a redenção da humanidade também se relaciona à obra de uma única pessoa (Cristo). Numa das perícopes do capítulo cinco da Epístola Paulina aos Romanos, o apóstolo põe em contraste as consequências do pecado de Adão e o resultado da obra redentora de Cristo.

uma pomba, símbolo do Espírito Santo, a comunicar-lhe a *verdade divina* aos ouvidos. (CAIRNS, 1995: 135)

Disse o Senhor Deus Jeová: Tu Israel (Meu Rei), é na Terra uma autoridade capaz de resolver o que Deus te autoriza fazer. Porém preciso te preparar para que chegues à altura de um homem confidente com Deus e capaz de escrever o que estou te revelando. Portanto, para este levantamento, toma a caneta e escreve a palavra de Deus [...] Disse Deus: a Minha palavra nessa composição fica como obra eterna e imutável para todos os tempos, é um renovo de vida para o povo chamado filho da luz. Quando tu completares esse código ele representará Deus construindo o seu mundo (FARIAS, 1993).

Além do exposto anteriormente, Meu Rei procura, num determinado momento, preterir os ensinamentos bíblicos para enaltecer o seu código ético-religioso como o único válido.

O Surgimento do *Profeta e o Poder Carismático...*

Bourdieu (1982) nos diz que a concorrência do Profeta com a Igreja constituída conjuga-se com a crítica intelectualista de certas categorias de leigos, tentando reforçar a tendência da burocracia sacerdotal em submeter a liturgia e o dogma a uma sistematização casuístico-racional produzindo um efeito de banalização que se destina a torná-los instrumentos homogêneos, coerentes, distintivos e fixos da luta simbólica tornando-os suscetíveis de serem adquiridos e usados por qualquer indivíduo após uma aprendizagem específica.

Para que isso pudesse ocorrer na Porto Seguro, Meu Rei age com bastante cautela e percepção. Ele busca, a princípio, não preterir os escritos bíblicos utilizando várias citações do Antigo Testamento como forma de igualar-se aos profetas e patriarcas, contudo, paulatinamente, no decorrer de alguns documentos ele refere-se a uma superação da Bíblia e até mesmo do próprio Cristo.

[...] A missão de Israel (Meu Rei) escrita nesse código é a maior de todos os tempos que Deus falou ao homem. [...] Esse código não está em controvérsia com a Bíblia, porque ao profeta Isaías Deus disse: Nos últimos dias Eu derramarei do meu espírito sobre toda a casa de Israel, assim, para que o homem receba o abstrato de vida, deve buscar nesse código o que nele está escrito. Os imortais seguem as instruções do código enquanto os mortais devem se reger pela Bíblia (FARIAS, 1993).

Ademais, Meu Rei refaz a linhagem Bíblica para que possa se incluir nela, utilizando a Teoria do Ditado para demonstrar que tal pertencimento é obra divina. Assim, ele nos diz que pertence a mesma linhagem de Noé e Moisés: “Levantei Noé e ele prevaleceu na sua missão; Levantei Moisés e ele prevaleceu na sua missão; Agora levantei Meu Rei” (FARIAS, 1993).

As revelações do código seguem uma ordem progressiva, como se tentasse seguir a evolução espiritual do instrumento da divindade. Este código buscava fomentar a legitimidade de Meu Rei como representante de Deus na terra, assim como a legitimidade da comunidade da Serra dos Breus como *o povo eleito*.

Esse código dava sustento a organização social de expressão hierárquica, a qual é inerente a todo e qualquer fenômeno religioso. Contudo, o quadro hierárquico da Serra dos Breus era minguido, fato que evidenciava a separação radical entre os adeptos-súditos e seu líder e rei, do que a separação daqueles entre si.

A comunidade liderada por Meu Rei seria uma organização sócio-religiosa não-burocratizada, essencialmente carismática e semi-libertária. Ela estaria inscrita num organograma acanhado, subjetivo e pessoal, onde inexistiria especialização rigorosa.

Segundo Weber, a dominação exercida por um profeta surgiria a partir

da criação de um poder carismático no sentido 'puro' [...] que seria sempre o produto de situações singularmente extraordinárias – especialmente de situações políticas ou econômicas, ou psíquicas internas, sobretudo religiosas -, e se originariam por uma excitação comum a um grupo de homens, excitação surgida do inaudito [...] (WEBER, 1982).

Desta feita, o poder carismático exercido por Meu Rei não só incitaria seus seguidores a uma efetiva transformação de sua natureza íntima, como consistiria numa reação tanto a permanência recalcitrante dos valores e costumes tradicionais quanto às inovações racionais.

Mas, para que haja a dominação carismática, é necessária a existência dos dominados e, portanto, do reconhecimento destes em relação a dominação.

O reconhecimento puramente tático, mais ativo ou mais passivo, de sua missão pessoal pelos dominados, nos quais se apóia o poder do líder carismático, tem sua origem na fiel consagração ao extraordinário e inaudito, alheio a toda norma e tradição e, com isso, em virtude de proceder da miséria e do entusiasmo, ao estimado como divino (WEBER, 1982).

É na dialética entre experiência íntima e imagem social que a cadeia da eficácia simbólica se completa. Desta maneira o profeta e sua audiência constituem uma realidade ímpar ao passo que entre eles existe uma certa identidade ético-política.

É pela capacidade de realizar, através de sua pessoa e de seu discurso como palavras exemplares, o encontro de um significante e de um significado que lhe era preexistente mas somente em estado potencial e implícito, que o profeta reúne as condições para mobilizar os grupos e as classes que reconhecem sua linguagem porque nela se reconhecem (BOURDIEU, 1982).

Em resumo, a comunidade como um todo não se constituiu ontologicamente como prisioneira do passado, nem se deixou prender pelas amarras do presente. Ela se abriu para as possibilidades futuras que se descortinavam sob a divindade de Meu Rei.

Nela existia a certeza num porvir interligado a um tempo teofânico que lhes muniria de coragem. Mas, tudo desmoronou com a morte do líder, aproximadamente, vinte e três anos após a fundação da Fazenda Porto Seguro, levando consigo a promessa de imortalidade no *Novo Paraíso*.

Considerações Finais

Vivemos em um mundo onde o (re)encanto pela religiosidade é um fato notório e concreto e, por isso, não podemos falar do sagrado sem aludirmos aos pontos em que o humano e o divino se entrelaçam.

No caso da comunidade da Fazenda Porto Seguro, o sagrado é subsumido pelo divino no qual se imanentiza sem abdicar da transcendência. E esse evento só pode se cristalizar a partir da experiência humana do divino, porque é quando este trava relações com o interlocutor escolhido e nele se personifica.

A objetivação do divino na História sempre levou o homem à ação, fato que teria desencadeado uma jornada messiânico-milenar, impondo a formação de um novo panorama social onde se estabelecería um espaço e um tempo sacros, como Meu Rei assim tentou realizar na Fazenda Porto Seguro, na Serra dos Breus.

Do que foi argumentado, podemos aferir que a gestão de um movimento religioso envolve muito mais do que apenas uma nova concepção de mundo, do futuro ou a construção de novas bases ético-religiosas onde o objetivo final oferecido é a participação no hall dos *escolhidos* e, na busca deste Paraíso, vemos a inserção destes movimentos na teoria braudeliana da longa duração, pois suas origens remontam à Antiguidade Judaico-Cristã.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CAIRNS, Earl E. **O Cristianismo Através dos Séculos: Um História da Igreja Cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1995.

COHN, Norman. **Na Senda do Milênio – Milenaristas Revolucionários e Anarquistas Místicos da Idade Média**. Lisboa: Presença, 1970.

DELUMEAU, Jean. **Mil Anos de Felicidade: Uma História do Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FARIAS, Cícero José de. **Testamento: a palavra de Deus**. Aqui está claro a palavra de Deus falando a Israel. Buique: Fazenda Porto Seguro, 1993.

_____. **Revelação Número 4**. Buique: Serra dos Breus, 1960.

_____. **Código da Longa Vida para Aqueles que estão em Caminho a Procura de Deus, Criando o Reino da Vida**. Buique: Fazenda Porto Seguro, 1993.

_____. **Base de Restauração do Paraíso Adâmico**. Buique: Fazenda Porto Seguro, 1996.

KOHN, Hans. “Messianisme”. In: **Encyclopedia of Social Science**. New York: Macmillan, 1948.

SHEDD, Russell. **Escatologia do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, s/d.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva**. V. I. Ciudad Del Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1964.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.